

II CONFERÊNCIA DA O.M.M. ENGAJAR A MULHER NA TAREFA PRINCIPAL

- *Comunicado do Comité Político - Militar*
- *Resoluções sobre Problemas Gerais e Problemas Sociais na Cidade*

Iniciamos hoje a publicação das Resoluções da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana que, como salienta um comunicado do Comité Político-militar que igualmente publicamos na íntegra, tem um significado histórico particular na medida em que foi nessa Conferência que, pela primeira vez na nossa Pátria Independente, representantes da mulher moçambicana do Rovuma ao Maputo se reuniram para em conjunto estudarem, discutirem e encontrarem soluções positivas para os seus problemas comuns

As Resoluções que hoje publicamos referem-se aos «Problemas Gerais» e «Problemas Sociais na Cidade», deixando para próxima oportunidade as que se referem aos «Problemas Sociais na Zona Rural» e o «Programa de Actividades da Organização da Mulher Moçambicana».

COMUNICADO DO COMITÉ POLÍTICO - MILITAR

De 10 a 17 de Novembro de 1976 reuniu-se na cidade de Maputo, capital da República Popular de Moçambique, a II CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA. Nela participaram cerca de 170 delegadas vindas de todas as Províncias do País, pertencendo a todas as camadas sociais e aos mais diversos sectores de actividades, nomeadamente às Aldeias Comunaes, Cooperativas, Fábricas, Destacamento Feminino, Serviços Públicos e Empresas. Nela esteve também representada a mulher organizada nos locais de residência.

A II Conferência da OMM tem um significado histórico particular na medida em que foi nessa Conferência que, pela primeira vez na nossa Pátria Independente, representantes da mulher moçambicana do Rovuma ao Maputo se reuniram para em conjunto estudarem, discutirem e encontrarem soluções positivas para os seus problemas comuns.

Outro factor que confere grande importância à II Conferência da OMM é o contexto político em que a Conferência se reuniu. Com efeito, a II Conferência da OMM teve lugar numa altura em que, em toda a África Aus¹ e em particular no nosso

País, se intensifica a luta de classes, numa altura em que se agudizam as contradições antagónicas que opõem o Povo moçambicano e os Povos irmãos da África Austral às forças retrógradas do imperialismo internacional, inimigo permanente de todos os Povos.

O Comité Político-Militar da FRELIMO, tendo analisado em detalhe todo o processo da II Conferência da OMM, constatou que a *II Conferência foi um grande sucesso*. Por isso o Comité Político-Militar felicita a II Conferência pelos resultados obtidos. Saúda particularmente a Comissão Coordenadora da OMM pela maneira como soube assumir e executar a tarefa que lhe fora confiada pela Direcção da FRELIMO de preparar, organizar e conduzir a II Conferência da O.M.M..

O Comité Político-Militar salienta como contribuições fundamentais para o êxito da II Conferência da OMM.

1.º O método seguido na preparação da II Conferência.

O lançamento de estruturas preparatórias da II Conferência da OMM a todos os níveis, desde a Nação até ao Círculo e Célula, e a posterior realização de Seminários da OMM ao nível distrital e provincial, criaram condições para que, de forma organizada e colectiva, todas as mulheres moçambicanas pudessem livremente apresentar e estudar os seus problemas. Por todo o País tiveram lugar inúmeras reuniões onde as mulheres analisaram a sua situação.

Foi este processo, amplamente democrático e po-

pular, que permitiu sintetizar as experiências e aprender até ao pormenor os diversos aspectos que caracterizam a situação actual da mulher moçambicana. A II Conferência da OMM surgiu assim como o ponto mais alto de um amplo processo de mobilização da mulher moçambicana do Rovuma ao Maputo.

2.º O critério de escolha das Delegadas à Conferência.

A participação efectiva nos trabalhos da Conferência de um grande número de mulheres trabalhadoras, engajadas no processo de transformação da sociedade e da natureza, e a participação de quadros veteranos do Destacamento Feminino, operárias e camponesas temperadas na dura Luta Armada de Libertação Nacional, imprimiu à Conferência um vincado cunho de classe e contribuiu decisivamente para que os problemas fossem analisados e estudados segundo uma perspectiva popular e revolucionária.

O critério correcto de escolha das Delegadas, dando prioridade à mulher operária, à mulher camponesa e à mulher soldado, permitiu a afirmação clara na Conferência do Poder Operário-Camponês.

3.º Análise correcta da situação da mulher moçambicana e das actividades da OMM desde a I Conferência.

A II Conferência da OMM procedeu a um estudo minucioso da situação da mulher desde a I Conferência, tanto na sociedade rural como na urbana. Essa análise permitiu constatar que, se bem que haja a registar alguns sucessos na Frente da Emancipação da Mulher, *no período que seguiu à I Conferência a OMM não conseguiu assumir a essência das suas tarefas*. Constatou-se também que *essa incapacidade da OMM resultou fundamentalmente da FALTA de INICIATIVA E DA INOPERATIVIDADE da Direcção máxima da OMM*. A II Conferência da OMM salientou que os factores que mais contribuíram para a progressiva desmobilização das mulheres a partir da I Conferência foram:

- a) A incapacidade da direcção da OMM em estabelecer estruturas a todos os níveis, privando assim as mulheres do instrumento essencial para a sua luta;
- b) A incapacidade da direcção em definir um programa de acção concreto para a Organização, em especial após os Acordos de Lusaka;
- c) A incapacidade da direcção em integrar os quadros do Destacamento Feminino, privando assim a OMM da rica experiência e da contribuição activa desses quadros.

4.º Definição correcta do inimigo e da contradição principal.

A I Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, reunida em Março de 1976, tinha definido que o obstáculo fundamental à emancipação da mulher eram os sistemas tradicional-feudal e colonial-capitalista, que impunham sobre a mulher uma dupla opressão e exploração.

A II Conferência da OMM, retomando essa análise e considerando as condições actuais do nosso país, constatou não ter havido mudança substancial no que se refere à situação da mulher como ser explorado e oprimido.

Aprofundando a análise, a II Conferência da OMM concluiu que, na fase actual e apesar da derrota do colonialismo português, o inimigo principal da emancipação da mulher continuam a ser os sistemas de exploração e opressão tradicional-feudal e colonial-capitalista, os quais, embora abalados, não estão ainda destruídos.

5.º Definição correcta da estratégia e da tática.

A etapa actual da nossa luta, a que chamamos a **DEMOCRACIA POPULAR**, constitui um passo para a construção da sociedade socialista. Por isso dizemos que o objectivo estratégico da fase presente do nosso processo é a *edificação da base material e ideológica para a construção da sociedade socialista*.

A tática adequada ou seja a **TAREFA PRINCIPAL** para atingirmos o objectivo estratégico, compreende três aspectos fundamentais: a luta pela produção, a luta de classes e a luta pela aquisição de conhecimentos científicos.



A II Conferência da OMM soube assumir que a estratégia do combate pela emancipação da mulher se insere na estratégia global da emancipação das classes trabalhadoras, isto é, que *a libertação da mulher só é possível e efectiva na sociedade socialista*.

Neste contexto a II Conferência definiu que o *factor decisivo da emancipação da mulher é o seu engajamento na tarefa principal* visando a edificação do socialismo, ou seja, o seu engajamento na luta pelo aumento da produção, na luta de classes e na luta pelo aumento dos conhecimentos científicos.

6.º Os Estatutos e Programa da O.M.M.

A II Conferência da OMM aprovou os novos *Estatutos e Programas* da Organização e definiu um Programa de Actividades a desenvolver a curto e médio prazos em todo o País.

O Comité Político-Militar considera que um dos resultados mais positivos da II Conferência da OMM foi a definição das novas estruturas da Organização e das tarefas concretas que se deparam à mulher moçambicana na fase actual da nossa Revolução.

Ao definir tão claramente as novas estruturas e as acções a desenvolver, a II Conferência demonstrou ter assumido o princípio correcto de que *só a mulher organizada, esclarecida sobre os objectivos da sua luta e com um plano de acção concreto está em condições de se engajar conscientemente na tarefa principal.*

7.º O sentido internacionalista da Conferência

A luta da mulher moçambicana enquadra-se no quadro mais geral da luta de todas as mulheres do mundo contra a exploração, a opressão e a humilhação imperialistas e por uma verdadeira emancipação económica, política e social.

A II Conferência da OMM soube assumir o significado profundo do carácter internacionalista da luta da mulher moçambicana, soube consagrar nos seus Estatutos e Programa a relação dialéctica que existe entre a luta da mulher moçambicana e a luta da mulher em todo o mundo.

Por isso a II Conferência constituiu uma verdadeira jornada de educação da mulher moçambicana no espírito internacionalista.

8.º O reconhecimento da FRELIMO como força dirigente do Estado e da Solidariedade.

O reconhecimento incondicional da FRELIMO como força dirigente do Estado e da Sociedade, repetidamente expresso nos debates e nos documentos da II Conferência, traduz a firme determinação da OMM em inserir a sua acção no quadro das orientações e actividades da FRELIMO.

Este facto dá uma dimensão maior à OMM, que assim aparece como um braço poderoso do Partido, para levar a cabo a luta de classes e eliminar definitivamente a exploração no nosso país.

O Comité Político-Militar da FRELIMO considera que a correcta implementação das decisões da II Conferência da OMM, criando condições para um maior engajamento da mulher na tarefa principal, permitirá um avanço impetuoso da luta pela emancipação da mulher.

O Comité Político-Militar felicita calorosamente, por intermédio da II Conferência da OMM, todas as mulheres moçambicanas pelos sucessos obtidos.

O Comité Político-Militar salienta que a II Conferência da OMM constitui uma contribuição importante para o êxito do III Congresso da FRELIMO.

A LUTA CONTINUA

O Comité Político-Militar da FRELIMO

Maputo, 1 de Dezembro de 1976

RESOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS GERAIS

INTRODUÇÃO

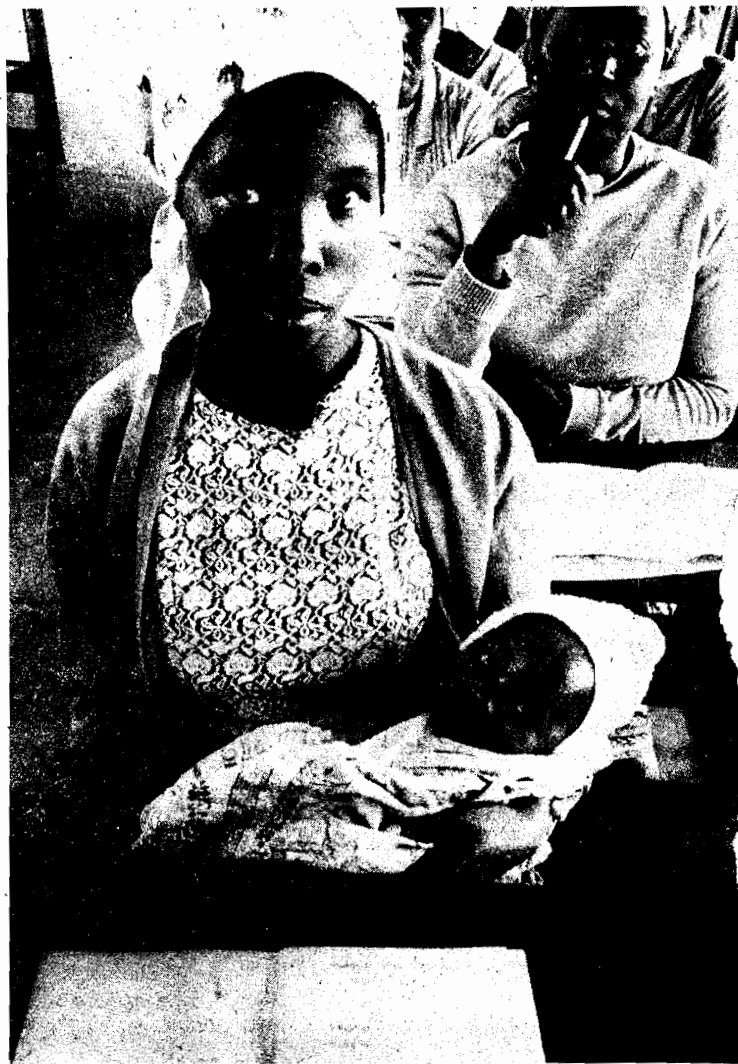
A situação actual da mulher moçambicana, que se manifesta no desequilíbrio de desenvolvimento cultural, político-social e económico em relação ao Homem, deriva da educação discriminatória que lhe era dada na sociedade tradicional, e que foi agravada pela discriminação racial, social e de sexo que o sistema colonial lhe impôs.

É neste contexto que devemos compreender a razão porque o analfabetismo, o obscurantismo, o tribalismo, o regionalismo e o racismo, bem como os complexos de inferioridade, estão mais enraizados na mulher.

ANALFABETISMO

O analfabetismo atinge a grande maioria do Povo moçambicano com particular incidência sobre a mulher que foi duplamente explorada na sociedade tradicional e colonial. Aquela incutia na mulher o espírito de inferioridade e dependência e preparava-a apenas para agradar o homem e ser boa dona de casa.

A educação colonial tinha acesso apenas um pequeno número de moçambicanos devido à discriminação racial e diferenciação de classes. A exploração desenfreada não permitia que os filhos do povo tivessem possibilidades de pagar a própria escola,



o material escolar e as despesas com a apresentação. Restavam-lhes apenas as missões que, através do obscurantismo religioso desenvolviam o espírito de passividade e conformismo, acentuando os conceitos e complexos de inferioridade que vinham já da sociedade tradicional.

Contudo em largas áreas do território moçambicano nem sequer estas escolas existiam. Além disso, nas Escolas Primárias e Missionários predominava o tipo de professor mal preparado, igualmente explorado pelo regime colonial e que desempenhava as suas funções à base de «presentes».

Devido a todos estes factores subsiste, ainda hoje, um conceito errado do que é a Escola.

As dificuldades provocadas pelo analfabetismo manifestam-se em várias situações do dia a dia.

- 1 — Durante o período da luta armada, surgiram dificuldades no manejo de certas armas, que requeriam conhecimentos ministrados nas escolas (avaliar distâncias, por exemplo).
- 2 — Quem não sabe ler, não pode compreender e pôr em prática as orientações escritas dos órgãos do Partido e do Estado, ou outras instruções, tais como cadernos de estudo político, circulares da Sede Nacional, princípios de higiene, utilização de medicamentos, receitas médicas, uso de fertilizantes, etc.
- 3 — A pessoa analfabeta não pode trocar correspondência (escrever e receber cartas).
- 4 — O desconhecimento dos pesos, medidas e por vezes o valor do dinheiro, permite que seja roubada nas cantinas.
- 5 — Há possibilidade de ser enganada pelo marido acerca dos vencimentos que ele ganha.

Em Moçambique o problema é agravado porque, o não ter frequentado a escola implica não só não saber ler e escrever, mas também não falar português, que é a língua oficial de comunicação. Isto impede que a mulher tenha acesso à informação.

Estas dificuldades verificam-se inclusivamente no decorrer da II Conferência, pois tornou-se impossível a uma grande parte das delegadas acompanhar a leitura e discussão dos relatórios.

FORMAS DE COMBATE

Porque a mulher tem um papel fundamental como educadora das novas gerações porque se deve engajar na produção, passando de mera executante às tarefas de planificação e direcção libertando a sua iniciativa criadora; porque a aprendizagem da língua oficial fortalece o sentimento de unidade concorrendo para a liquidação do regionalismo, tribalismo e divisionismo — o combate ao analfabetismo no seio da mulher constitui uma das tarefas prioritárias da O.M.M.

Assim a Organização da Mulher Moçambicana deve:

- 1 — Intensificar a popularização das orientações da FRELIMO, para elevação do nível político dos professores e das próprias mulheres, que devem fazer um combate interno para se libertarem dos complexos e aceitarem a transformação.
- 2 — Preparar monitores de Alfabetização dentro da Organização.
- 3 — Sensibilizar os maridos para que sejam eles próprios os alfabetizadores em casa ou permitam que a mulher frequente as aulas.
- 4 — Mobilizar as mulheres com educação literária e científica para participarem voluntariamente nas campanhas de Alfabetização e de elevação do nível literário e científico da mulher.

Para este fim, a O.M.M. coordenará esta actividade com o Ministério da Educação e Cultura.

RECOMENDAÇÕES

A II Conferência recomenda que a O.M.M. estude junto do Ministério da Educação e Cultura a possibilidade de:

- Dar à Alfabetização um conteúdo que sensibilize a mulher nos seus problemas específicos;
- aproveitar as aulas de Alfabetização para desenvolver na mulher o interesse pelo noticiário, lendo diariamente resumos das notícias.

OBSCURANTISMO E SUPERSTIÇÃO

O obscurantismo manifesta-se no nosso País tanto no campo como na cidade.

O baixo nível de conhecimentos técnicos e científicos entre as mulheres faz com que o obscurantismo e superstição tenham no seu seio grande aceitação.

É devido ao obscurantismo e marginalização de que é vítima, que a mulher se entrega frequentemente a práticas supersticiosas. Assim a mulher explica as mortes provocadas por doenças ou acidentes os fenómenos meteorológicos e outros através da intervenção do sobrenatural.

A corrida aos curandeiros para resolução de problemas de vária ordem amorosos, vinganças, ambição, ciúme e desentendimentos é prática corrente entre as mulheres.

O obscurantismo como forma de opressão moral, provoca o divisionismo e desconfiança, destrói o espírito de iniciativa criadora e condena a mulher à passividade e conformismo com a sua posição de inferioridade e explorada.

A sociedade tradicional, tanto como a colonial, porque encaram a mulher como objecto de prazer e mão-de-obra barata, para além de produtora de mão-de-obra mantém-na afastada da ciência para assim impedi-la de pensar que a sociedade pode ser transformada. Aqui mais uma vez os ritos de iniciação, que inculcam na mulher os conceitos errados sobre a sua condição de ser inferior, tornam-na, para além de conformada, transmissora da teoria da impossibilidade de libertação da mulher.

As religiões são uma forma de obscurantismo, embora mais subtil, que perpetuam o conceito de inferioridade da mulher.

A influência religiosa é frequentemente utilizada para fins subversivos.

FORMAS DE COMBATE

O obscurantismo, destruindo a iniciativa criadora da mulher, tornando-a passiva, impede-a de participar nas tarefas da Organização. Assim, a O.M.M. deve:

1 — Lutar pela elevação do nível cultural, científico e técnico da mulher, base fundamental para que ela assuma o papel não só de executante mas também de dirigente em todos os sectores de produção.

O obscurantismo recua na medida em que progride a educação política e científica.

2 — Intensificar a vigilância popular para permitir a distinção correcta entre os curandeiros, que devem ser combatidos, e aqueles que, através da medicina tradicional substituem o médico que não existe em vastas áreas do nosso País.

A O.M.M. deve ganhar a confiança destes últimos, aprendendo com eles e fazendo trabalho político a fim de que compreendam que os seus conhecimentos podem ser desenvolvidos a outro nível de modo a servir a vasta maioria do nosso povo.

TRIBALISMO, REGIONALISMO E RACISMO

O tribalismo e regionalismo têm a sua origem na sociedade feudal. São conhecidas as lutas intertribais, travadas pelos nossos antepassados, e que foram largamente exploradas pelo regime colonial.

Esse espírito tribal e regional, persiste ainda na mentalidade de muitos velhos que durante longos anos foram alimentando ódios e espírito de vingança ou desprezo.

O racismo é um produto do colonialismo, para marcar vinicamente a diferença entre o colonizador e o colonizado. O que explora e oprime despreza e humilha o explorado com base na diferença de cor da pele. O racismo é a forma mais alta de humilhação.

O tribalismo e o regionalismo concorrem largamente para o divisionismo, pois impedem a compreensão de que a nossa Pátria é Moçambique e enfraquecem as nossas forças, no combate pela Reconstrução.

O racismo impede a definição correcta do inimigo e permite a infiltração inimiga ao desviar as nossas atenções do alvo principal do nosso combate.

O regionalismo tribalismo e racismo, manifestam-se ainda acentuadamente a nível de todas as províncias.

No seio da Organização da Mulher Moçambicana, há mulheres que não aceitam ter como responsável uma camarada de outra província ou da outra raça.

Quantos casos não conhecemos de filhos que desprezam os pais porque são negros ou ignorantes, e de pais que assumem a posição de criados dos filhos porque estes são mulatos os assimilados. Devido aos complexos raciais surge ainda um conceito errado de quem são os verdadeiros moçambicanos especialmente nas cidades quando são definidos em termos de raça.

A falta de consciência política, provocada pela não existência de estudo e trabalho político junto das populações, contribui para a manutenção destes males, com a gravidade que ainda evidenciam.

FORMAS DE COMBATE

A mulher deve desencadear no seu próprio seio um persistente combate interno colectivo, procedendo assim à libertação mental do feudalismo e do capitalismo. Deve empenhar-se, no estudo político e na prática crítica e autocrítica. Deve analisar com objetividade as causas concretas destes males e lembrar constantemente a experiência adquirida na luta armada onde o combate foi realizado por moçambicanos de todas as raças e regiões que no sofrimento, no esforço e no trabalho comuns, forjaram a Unidade.

Ela deve ainda aprender as experiências dos outros povos para assim compreender que a luta da mulher moçambicana é a luta de todas as mulheres e povos do mundo contra o inimigo comum — a exploração.

A mulher deve ainda combater a ideia incorrecta de que ela só se identifica com aquela que vem da mesma terra, ou tem os mesmos hábitos e cultura.

A nossa identidade reside na nossa condição de exploradas e oprimidas no combate comum pela emancipação. É uma identidade de classe.

Assim, a O.M.M. deve:

- 1 — Mobilizar a mulher para que, como responsável pela formação da sociedade nova, ela eduque as novas gerações, livres do tribalismo, regionalismo e racismo
- 2 — Promover a organização dos Bairros Comuns, que permitirão eliminar o individualismo através da troca de experiências no trabalho comum entre pessoas de várias origens.
- 3 — Promover o intercâmbio cultural que contribuirá para uma Cultura Nacional supra-regional.
- 4 — Realizar Seminários interprovinciais, que permitirão forjar a unidade na discussão de problemas comuns.
- 5 — Difundir a língua oficial como factor de unidade, visto

que a multiplicação de línguas acentua a divisão em tribos e impede a comunicação.

BOATOS, INTRIGAS, CALÚNIAS

A intriga lança a desconfiança, a calúnia provoca o escândalo e a marginalização e qualquer delas passando de boca em boca, torna-se boato. Estas três manifestações, têm causas variadas mas o seu elemento comum, o seu fertilizante é a imaturidade política.

Quais são concretamente as suas causas?

— A falta de programa, a desocupação; o regionalismo e o tribalismo; o ciúme, a ambição e complexos de superioridade; os complexos de inferioridade e a falta de hábitos de crítica e autocrítica que impedem uma exposição clara e frontal das ideias.

Estas práticas geram a desmobilização, o divisionismo e contradições desviando a mulher das tarefas que lhe compete na sociedade.

A mulher, devido ao sentimento de inferioridade e insegurança, é frequentemente agente transmissor de ideias erradas. É assim que se abre o caminho à infiltração do inimigo que livremente propaga mentiras, tentando denegrir a Revolução Moçambicana.

FORMAS DE COMBATE

A Organização da Mulher Moçambicana nas suas reuniões deverá combater estas formas de divisionismo desenvolvendo o espírito de unidade-crítica-unidade.

A Organização da Mulher Moçambicana deve:

- 1 — Denunciar, desmascarar o boato, investigando a sua origem e fundamento.
- 2 — Promover hábitos de crítica e autocrítica e discussão aberta dos problemas dentro das estruturas.
- 3 — Denunciar às estruturas competentes os boateiros recorrentes, considerados contra-revolucionários e aos quais se devem aplicar medidas administrativas.

COMPLEXOS DE INFERIORIDADE E SUPERIORIDADE

O processo de inferiorização da mulher tem origem na educação tradicional e é vincado pelos ritos de iniciação e outras práticas tradicionais que conduzem à passividade, com conformismo e falta de iniciativa. A mulher torna-se um objecto de apropriação e de prazer transaccionada pela família e submetida à vontade do marido. Para além deste processo secular, a mulher sofreu ainda a humilhação da sociedade colonialista que lhe roubava o marido e os filhos que a explorava no local de trabalho, que lhe deixava muitas vezes como único modo de vida a prostituição. É ainda o colonialismo que através do conceito de assimilação lança o divisionismo discriminando a mulher analfabeta, levando-a a sentir-se inferiorizada pelo facto de desconhecer, e não pertencer ao modo de vida (alienante) da zona urbana.

O sentimento de inferioridade impede a participação da mulher nas reuniões e mesmo no seio da família, onde face ao marido e aos filhos é incapaz de manifestar a sua opinião. A sua inibição e falta de iniciativa traduzem-se numa incapacidade para assumir tarefas de responsabilidade e para ultrapassar a situação em que se encontra.

Mas, por outro lado a mulher assimilada humilha a sua companheira não assimilada, fazendo demonstrações dos seus tiques e modas, falando de modo imperceptível e estabelecendo distâncias.

Outra manifestação de superioridade é o veteranismo, que se traduz na necessidade de constantemente afirmar a sua participação na luta desde longa data a fim de lhe ser conferida uma posição social elevada.

O combate aos complexos de inferioridade e superioridade respectivamente, deve começar por um combate aos ritos de iniciação, lobolo e poligamia, e pelo combate aos valores da sociedade colonial — burguesa como a imitação das modas e dos gostos decadentes.

A mulher deve engajar-se na luta pelo seu desenvolvimento intelectual e na luta pela produção colectiva.

Quando a situação não é analisada com objectividade a mulher considera como inimigo não só o homem mas também as outras mulheres, sobretudo as mulheres sós, isto é, mães solteiras, mulheres divorciadas e solteironas nas quais a mulher doméstica e toda a mulher frustrada em geral vê um indicio de emancipação a mulher cujo sentimento de inferioridade e dependência em relação ao homem atinge um ponto extremo é incapaz de conceber a vida sem um homem.

MAES SOLTEIRAS

Um grande número de mulheres no nosso País têm filhos sem ter realizado qualquer tipo de casamento.

As causas desta situação são várias

- Falta de educação sexual entre a juventude e uma ideia de amor baseada em concepções românticas e banais adquiridas em filmes «cor-de-rosa» e em leituras fúteis tipo fotonovela, difundidas pelo sistema colonial-burguês;



- Libertinagem sexual devida a um conceito errado de emancipação;
- Ligações inconsequentes muitas vezes provocadas por necessidades económicas sobretudo quando jovens camponesas, vindas para a cidade em busca de emprego, encontram dificuldades;
- Os preços altos exigidos pelo lobolo, que faziam com que os namoros se atornassem surgindo entretanto a gravidez;
- Os ritos de iniciação, que conduzem as jovens a práticas sexuais;
- A presença dos exércitos coloniais que fomentavam a prostituição e utilizavam a mulher como objecto de prazer;
- A exploração sexual nos empregos.

A mãe solteira é, regra geral, marginalizada e, quando não possui conhecimentos técnicos para conseguir um emprego que garanta a sua subsistência e a do seu filho, estão criadas as condições para a prática da prostituição.

Esta marginalização atinge apenas a mãe solteira e nunca o pai da criança. Quer ele seja casado, viúvo, divorciado ou solteiro, a sociedade não o estigmatiza. A sociedade não aceita que a mãe solteira, pelo facto de viver sozinha, seja uma mulher honesta.

FORMAS DE COMBATE

As mães solteiras que, muitas vezes por falta de meios de subsistência, acabam por se prostituir, constituem um grande problema social, sobretudo pelos filhos que, sem possibilidade de educação e criação em ambiente familiar, podem tornar-se marginais pelo ódio de revolta que neles se cria. Alguns, para conseguir alimentação, andam de porta em porta, engrossando o número das chamadas crianças abandonadas. Por outro lado, verifica-se que, em certas fábricas, o que levou um grande número de mulheres a procurar emprego foi precisamente o facto de serem mães solteiras.

- 1 — Em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura desencadear uma ofensiva na Educação para difundir conceitos científicos sobre sexualidade e maternidade e ainda o conceito de amor revolucionário e militante.
- 2 — Fazer uma ofensiva na Informação contra todo o tipo de leitura e cinema alienantes, que difundem os valores e conceitos burgueses e fotonovelas de amor.
- 3 — Mobilizar as mães solteiras, engajando-as na produção colectiva ou em cursos de produção técnica.
- 4 — Consciencializar o homem de que, como pai, se deverá responsabilizar tal como a mãe pela educação dos filhos.

No entanto estas medidas políticas deverão ser acompanhadas de medidas legislativas.

A II Conferência recomenda que a OMM em conjunto com as estruturas competentes deve estudar a possibilidade de:

- a) — criar uma lei não discriminatória quer para as mães solteiras quer para os filhos, no direito à assistência materno-infantil, etc;
- b) — criar uma lei que obrigue os pais a responsabilizar-se pelos seus filhos.

MULHERES DIVORCIADAS

A mulher divorciada, tal como a mãe solteira, é marginalizada na nossa sociedade independentemente das causas que originaram a sua situação.

A mulher que é abandonada pelo marido, com ou sem filhos, só lhe resta a prostituição ou a servidão, seja em casa da sua família, seja no novo lar que procure construir. Receando ficar sozinha, a mulher abandonada vai viver com o primeiro homem que a aceita e que tem tendência por vezes a explorar a sua situação, fazendo dela uma serva com filhos a situação é ainda mais dramática, não só para ela como para as crianças, cujo problema já referimos no capítulo das «crianças abandonadas».

FORMAS DE COMBATE

A O.M.M. deve:

- encorajar a mulher a conquistar a sua independência económica, que será a base da sua afirmação como indivíduo útil capaz de se realizar dentro da sociedade.
- Procurar integrar a mulher divorciada na produção e na vida colectiva, na Aldeia Comunal. Cooperativa ou outra unidade de produção.
- Dar a conhecer à mulher divorciada com filhos, os direitos que a lei lhe dá relativamente à participação do pai no sustento dos filhos.

A MULHER DESOCUPADA

A mulher desocupada — sem programa de produção colectiva, é um produto característico da cidade. É um ser completamente dependente do marido, não se preocupando regra geral senão consigo própria. É individualista, de horizontes estreitos,

insegura, conservadora, agente de boatos e intrigas.

Difícilmente aceita as transformações, sendo por isso uma presa fácil da reacção. Desconfiada, sente inveja das mulheres que trabalham fora de casa.

FORMAS DE COMBATE

A O.M.M. deve:

- estabelecer programas no âmbito dos bairros comunais, para que toda a mulher se integre em qualquer forma de produção colectiva e organização colectiva das actividades do local de residência.
- Encorajar toda a mulher a aumentar o seu nível cultural, científico e técnico.

O ABORTO

O aborto é um problema social grave, sobretudo na cidade. Não sendo o aborto legal no nosso País, muitas mulheres recorrem a abortadeiras clandestinas ou a métodos caseiros que, por falta de condições de higiene, provocam com frequência infecções que levam à morte e à esterilidade e causam traumatismos psíquicos graves.

As mulheres recorrem ao aborto por motivos diversos:

- jovens solteiras, por medo da família ou da marginalização social, ou porque estando na escola, receiam as punições administrativas;



- sendo casadas, porque têm já muitos filhos ou tiveram um parto há pouco tempo;
- sendo casadas, para evitar um filho, produto de uma ligação adúltera, com receio do divórcio;
- sendo casadas, não têm meios materiais para sustentar mais crianças;
- devido às concepções burguesas não desejam ter filhos, sem que para isso existam motivos sociais ou económicos que o justifiquem.

FORMAS DE COMBATE

A O.M.M. deve estudar, juntamente com o Ministério da Saúde.

- A difusão de noções de «planeamento familiar» que funcionem nos hospitais, para ajudar as mulheres casadas com filhos a controlarem a altura da nova gravidez, aten-

dendo à situação económica ou social. Este planeamento vai evitar o desgaste físico e psíquico da mulher, resultante da multiplicidade de partos, com curtos intervalos de tempo.

A O.M.M., em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura deve.

- Fazer uma campanha de esclarecimento nas escolas e no seio da juventude, sobre as consequências do liberalismo sexual e os problemas que envolve a gravidez ou mesmo o casamento prematuro.

A O.M.M. deve ter sempre em conta que o nosso combate é contra a corrupção sexual, não contra a gravidez em si, pois como diz o Camarada Presidente:

«Quando camaradas solteiras ficam grávidas consideramos isso escandaloso, quando na realidade não é a gravidez, simples consequência biológica, que é escandalosa. O verdadeiro escândalo é não termos sabido educar essas camaradas, não lhes termos feito assumir o verdadeiro sentido do amor e como a própria relação sexual se integra dentro do amor e dentro da vida». (Fazer da Escola uma base para o povo tomar o Poder).

Para a formação das novas mentalidades nas novas gerações de mulheres é importante que se estabeleça a diferença entre o comportamento corrupto e a simples irresponsabilidade ou ignorância que conduzem à gravidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos problemas sociais analisados neste documento, são consequências da mentalidade velha, dos valores sociais nascidos das relações de exploração, tanto da sociedade feudal, como da colonial-capitalista.

Eles tendem a acabar com a materialização da Linha Política da FRELIMO, no que diz respeito à emancipação da mulher. Assim, a mulher integrada na produção, construtora da base material e ideológica do socialismo, permitirá o estabelecimento de novas relações sociais, onde ela não será mais vítima de preconceitos retrógrados e reaccionários e onde as novas gerações poderão crescer livres da miséria material e moral.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 21 de Novembro de 1976.

RESOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS NA CIDADE

A Revolução tem por objectivo o fim de todas as formas de exploração e opressão. Para que a Revolução triunfe é necessário liquidar completamente a exploração e a opressão de que a Mulher é vítima, sob as formas mais diversas.

A mulher, vítima da exploração e opressão a que era submetido todo o povo moçambicano, teve de suportar ainda a exploração e opressão específica do seu sexo. É na cidade, forteza da burguesia e polo da agudização da luta de classes, que a mulher sente com mais violência essa situação de dupla exploração e opressão.

Como trabalhadora é obrigada a vender a sua força de trabalho por salários de miséria, mas também o seu próprio corpo ao explorador, enquanto é marginalizada e discriminada pelo seu próprio companheiro de classe; como doméstica é posta à margem dos problemas essenciais da vida social e reduzida

à servidão do marido, ele próprio explorado e oprimido; finalmente, a mulher da pequena e média burguesia, assimila os valores da cultura e da moral burguesas e transforma-se num veículo e agente da ideologia conservadora e reaccionária.

Na cidade desagregam-se os valores da sociedade tradicional para serem substituídos pelos vícios, pela alienação e pela decadência características da burguesia colonial.

Além disso a cidade é ainda o lugar onde a organização do povo se faz mais deficientemente o que facilita a instalação de todos os vícios e dificulta o estabelecimento dum plano de acção para os combater.

I. LIBERALISMO

O Liberalismo é um comportamento irresponsável perante a sociedade, é o abuso da liberdade individual.

A assimilação dos valores burgueses, introduzidos pelo colonialismo, sobretudo através da cidade, forneceram à mulher um padrão de vida burguês que ela passou a considerar como ideal, como objectivo a atingir.

Isso leva-a a considerar que emancipação é viver segundo esse padrão, que ser emancipada é ser livre como indivíduo, à margem das normas de conduta social. O Liberalismo nega a importância de viver na prática a Linha Política da FRELIMO, nega a importância da vida colectiva, para exaltar o individualismo.

O Liberalismo manifesta-se:

Na Mulher Doméstica

- Irresponsabilidade perante a família, cuidados da casa e das crianças.
- Utilização irresponsável do rendimento familiar, que utiliza para adquirir objectos pessoais e supérfluos.
- Exigência de dividir mecanicamente as tarefas da casa com o seu companheiro, o homem, sem que ela própria tenha outras tarefas que o justifiquem.
- Tendência para imitar o homem em todos os seus comportamentos negativos:
 - Consumo de bebidas alcoólicas;
 - Fumo;
 - Promiscuidade sexual.

Na mulher funcionária do Estado ou das Empresas

Falta de pontualidade, interrupção do serviço por motivos fúteis ou utilizando abusivamente as responsabilidades familiares.

Falta de produtividade e indisciplina dentro do trabalho, uso do telefone e conversa alheia ao serviço.

Complexos de superioridade, valorização abusiva dos diplomas, desprezo e recusa do trabalho manual.

Divulgação de informações respeitantes ao trabalho.

Na mulher das Escolas (JOVENS)

- Falta de respeito entre alunos e professores, corrupção.
- Radicalismo pequeno-burguês, indisciplina, desrespeito pelas estruturas.
- Consumo de drogas.

Liberalismo no seio da própria O.M.M.

- Negligência das tarefas da Organização e utilização de facilidades inerentes ao cargo para resolução de problemas pessoais.

- Divulgação de informações confidenciais e de problemas do Partido, fora das estruturas.

RECOMENDAÇÕES

A II Conferência recomenda:

— Formação de responsáveis através de Cursos Políticos com os seguintes temas:

1. Os valores da nova sociedade;
2. O verdadeiro sentido da emancipação;
3. Definição do inimigo, métodos de actuação do inimigo.

— Organização de Seminários Provinciais e Distritais para um estudo colectivo de como implementar os resultados da II Conferência baseando-os na experiência de Cabo Delgado, após a I Conferência.

II. ADULTÉRIO

O Adultério é, em muitos casos, uma das manifestações do Liberalismo. Porém as suas causas mais directas são:

- Incompatibilidade entre marido e mulher;
- Casamentos prematuros, forçados e herdados (a diferença de idades leva à não satisfação no casamento);
- Casamentos na base de interesses sócio-económicos;
- Comportamento do homem ou da mulher após o casamento (por exemplo, o vício do alcoolismo);
- Separações prolongadas;
- Concepção tradicional de que o casal não pode ter relações sexuais cinco meses e até dois anos depois do nascimento de cada filho.

Muitas vezes a passividade da mulher perante o adultério praticado pelo marido contribui para que surjam mais casos de adultério. Essa passividade tem por base a educação tradicional e a falta de autoridade da mulher no seio da família, onde ela prefere tudo aceitar com receio de ser abandonada.

FORMAS DE COMBATE

O adultério é consequência de casamentos feitos sem base militante, sem amor e sem qualquer preparação, pelo que:

- A O.M.M. deve organizar seminários para discussão e análise de um novo conceito de amor à luz da orientação da Linha Política da FRELIMO, em coordenação com a Juventude Moçambicana e o Ministério da Educação e Cultura;
- A O.M.M. deve organizar programas de preparação de jovens de ambos os sexos para o casamento.

III. PROSTITUIÇÃO

A prostituição define-se como sendo uma forma de ganhar a vida através do comércio do seu próprio corpo. Aparece por um lado pela atracção da vida fácil da cidade, e por outro, por necessidade devido à deportação dos maridos para as plantações, chibalo, prisões e ainda pela necessidade de restituir o dinheiro do lobolo, em caso de divórcio.

FORMAS DE COMBATE

- a) Participação das estruturas da O.M.M. para promover a reeducação de prostitutas em coordenação com as estruturas dos Grupos Dinamizadores, F.P.L.M. e C.P.M.
- b) Intensificação da organização de centros de reeducação de homens e mulheres, revisão dos métodos de

trabalho desses centros, onde devem ser criados programas de:

1. Formação política;
2. Alfabetização e escolarização;
3. Formação profissional;
4. Actividades culturais, desportivas e recreativas.



c) Formação de quadros da O.M.M. para desenvolverem trabalho político no centro de reeducação.

O tempo de reeducação deverá ser estabelecido pelas estruturas competentes. Depois de reeducadas, devem ser controladas e deverá dar-se continuidade ao trabalho político. A reintegração na sociedade deverá ser feita através das aldeias comunais e outros lugares de trabalho onde exista um tipo de vida organizada segundo os princípios da FRELIMO.

IV. DIVÓRCIO

O divórcio constitui um problema social, na medida em que, dissolvendo-se a família, a mulher ou o homem e os filhos ficam sem possibilidade de subsistência, sem apoio moral, educacional e afectivo o que origina por sua vez, instabilidade social.

O divórcio está muitas vezes na origem da prostituição e da criminalidade juvenil.

A nível das cidades as causas mais frequentes do divórcio são:

- Adultério;
- Ambição de melhor vida material e social por parte do homem e da mulher;
- Falta de diálogo entre marido e mulher devido à diferença ideológica;
- Separações prolongadas;
- Alcoolismo;
- Esterilidade de qualquer dos cônjuges;
- Casamentos prematuros e forçados ou polígamos.

FORMAS DE COMBATE

- a) A O.M.M. juntamente com a Juventude Moçambicana e Grupos Dinamizadores, devem consciencializar homens e mulheres e sobretudo as novas gerações, para a importância da família como célula básica da sociedade. Devem ainda alertar para a instabilidade social provocada pelo divórcio e sobretudo para o problema ligado às crianças;
- b) Dentro da ofensiva, no campo da Educação e da Informação, as estruturas devem difundir textos relativos ao divórcio;
- c) Deve-se aconselhar o diálogo entre o casal;

- d) Dado que são frequentes os casos de homens que têm esposas não registadas e que contraem matrimónio com outra mulher, as estruturas competentes, antes de autorizarem o casamento, devem obter informações das estruturas políticas da localidade de origem.

A II Conferência recomenda à O.M.M., em colaboração com as estruturas competentes, o estudo para a elaboração de uma nova lei da Família que responsabilize os pais pela criação e educação dos seus filhos. No entanto a II Conferência considera que o divórcio é direito de todo o cidadão, desde que haja motivos justificados, que serão considerados na Lei da Família.

V. ALCOOLISMO

O alcoolismo é uma consequência do colonialismo, que o utilizou como meio de desviar a consciência dos moçambicanos sobre a sua situação de explorados e oprimidos, mas são de considerar:

Causas directas

- Falta de ocupação, desemprego, ou subemprego;
- Gostos decadentes, imitação dos costumes da burguesia colonial, que se manifestou em reuniões com o objectivo exclusivo de consumir bebidas alcoólicas.

CONSEQUÊNCIAS

O alcoolismo é uma das causas da desagregação familiar.

O alcoólico não produz no seu local de trabalho, e pelas suas atitudes, fomenta distúrbios e confusão onde quer que se encontre. Torna-se num agente potencial do inimigo.

Ao nível da família, pode ser o causador da instabilidade familiar com uma influência nefasta sobre as crianças.

Por outro lado, as crianças geradas por um alcoólico têm probabilidades de ser débeis mentais.

Por todos estes motivos um alcoólico é um indivíduo prejudicial à sociedade.

FORMAS DE COMBATE

A O.M.M. deve, em coordenação com os Grupos Dinamizadores, F.P.L.M. e C.P.M. consciencializar as populações dos efeitos do alcoolismo, invocando as consequências nefastas citadas.

A O.M.M. deve promover a organização dos fabricantes de bebidas alcoólicas em cooperativas com outros tipos de actividade, como seja: cooperativas de bebidas não fermentadas; reconversão de fabricantes de bebidas alcoólicas em cooperativas de lavandeiras, etc..

RECOMENDAÇÕES

A II Conferência recomenda:

- a) A Secção de Informação da O.M.M., em colaboração com os Ministérios da Informação e da Saúde, a criação e difusão de programas de educação anti-alcoolismo;
- b) Que os Grupos Dinamizadores detectem os bêbados crónicos, que deverão ser enviados às estruturas da Saúde, onde se procederá à sua recuperação através de métodos clínicos;
- c) Que a O.M.M., juntamente com o Ministério da Indústria e Comércio, estude a possibilidade do estabelecimento de um horário de venda e consumo de bebidas alcoólicas.

VI. ANÁLISE DO PROBLEMA DAS CRIANÇAS ABANDONADAS

O problema das crianças abandonadas é resultado da instabilidade económica e social que afecta muitas famílias. Estas, por falta de meios materiais, originada por desemprego, separação dos pais, alcoolismo, prostituição ou por simples falta de responsabilidade para com os filhos, criam condições para que haja crianças vadias, que não frequentam a escola, não vão a casa durante todo o dia, por vezes não têm mesmo um lar onde dormir.

Encontramos estas crianças à porta dos quartéis e dos hotéis a pedir comida, dedicando-se a roubos, sendo muitas delas exploradas por adultos que as utilizam como lavadores de automóveis, vendedores de lotaria, de amendoim ou doces.

Há ainda crianças que foram presas pelo exército colonial durante a luta de libertação nacional e hoje vadiam pelas cidades.

Todas estas crianças se não forem enquadradas num modo de vida organizada colectivamente, de modo a poderem ser educadas, estudar e produzir, serão futuros contra-revolucionários.

Tendo em conta que as crianças são a nossa preocupação fundamental, porque delas depende o futuro da Revolução, a II Conferência propõe:

1. Actuação conjunta da OMM, do CPM e DNAS (Direcção Nacional de Assuntos Sociais) para recolha destas crianças, investigação da sua proveniência e modo de vida anterior, a fim de se detectar as que têm família, quem serão entregues. Dar como tarefa aos Grupos Di-



namizadores do local de residência desses familiares, controlar a vida e educação dessas crianças;

2. Integração das crianças sem família em centros existentes ou a organizar, em coordenação com a DNAS. Esses centros deverão ter um programa político e de actividades culturais, desportivas e recreativas, produção, alfabetização, escolarização e formação profissional dos mais velhos. A O.M.M. deve participar como educadora, nos centros de crianças abandonadas.

VII. DESEMPREGO

A vitória da FRELIMO sobre o colonialismo, conduziu à inevitável e necessária crise da economia capitalista, que teve como consequência o aumento do desemprego. Este constitui hoje um dos problemas sociais mais graves nas cidades, e está na origem de muitos outros que afectam directamente a mulher.

A II Conferência pensa que a tomada de consciência por parte das mulheres da importância e gravidade deste problema no contexto geral dos problemas sociais, é um factor de sensibilização para a materialização da palavra de ordem de intensificar a formação de Aldeias Comuns e Cooperativas onde haverá emprego para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Além destes problemas que enumerámos, sabemos que muitos outros afectam a vida da mulher, que até aqui tem tido que suportar sozinha a responsabilidade da administração da casa em todos os seus aspectos.

É a mulher a mais afectada pelos problemas de abastecimento, pela falta de géneros, pela lentidão ou insuficiência dos serviços hospitalares.

A II Conferência pensa que a mulher, organizada a partir de agora, nos locais de trabalho e de residência, deverá ser mais activa no sentido de dinamizar e ser vigilante em relação às estruturas que nos servem, contribuindo construtivamente para o seu bom funcionamento.

Por outro lado, a solução de muitos problemas relativos à economia doméstica, podem ser resolvidos de modo mais eficiente através da sua colectivização no âmbito dos Bairros Comuns.

Para ajudar a solucionar o problema do abastecimento de artigos de primeira necessidade, a II Conferência recomenda:

- Que o Ministério de Indústria e Comércio estude um horário para os mercados, Lojas do Povo, e outros estabelecimentos comerciais, que não coincida com os horários de trabalho.

A análise dos complexos problemas da cidade, outrora baluarte do inimigo, leva a II Conferência a constatar que as estruturas da FRELIMO conhecem ainda uma fraca implantação na cidade.

Com a nacionalização dos prédios de rendimento, o povo passa para a cidade mas não encontra estruturas da FRELIMO que o enquadrem, o que conduz à sua desmobilização e à perda consequente do sentido revolucionário das nacionalizações.

Assim, a II Conferência recomenda:

- Que a O.M.M., em colaboração com outras estruturas, dinamize a implementação da FRELIMO, em todos os Bairros.

A. LUTA CONTINUA.

Maputo, 17 de Novembro de 1976.